

É golpe, sim!

**TERCEIRO TURNO SEM URNAS, O ATAQUE
AOS DIREITOS SOCIAIS E O ENTREGUISMO**

Conselho Editorial

Alex Primo – UFRGS
Álvaro Nunes Laranjeira – UTP
André Parente – UFRJ
Carla Rodrigues – PUC-RJ
Ciro Marcondes Filho – USP
Cristiane Freitas Gutfreind – PUCRS
Edgard de Assis Carvalho – PUC-SP
Erick Felinto – UERJ
Francisco Rüdiger – PUCRS
Giovana Scareli – UFSJ
J. Roberto Whitaker Penteado – ESPM
João Freire Filho – UFRJ
Juremir Machado da Silva – PUCRS
Marcelo Rubin de Lima – UFRGS
Maria Immacolata Vassallo de Lopes – USP
Michel Maffesoli – Paris V
Muniz Sodré – UFRJ
Philippe Joron – Montpellier III
Pierre le Quéau – Grenoble
Renato Janine Ribeiro – USP
Rose de Melo Rocha – ESPM
Sandra Mara Corazza – UFRGS
Sara Viola Rodrigues – UFRGS
Tania Mara Galli Fonseca – UFRGS
Vicente Molina Neto – UFRGS

É golpe, sim!

**TERCEIRO TURNO SEM URNAS, O ATAQUE
AOS DIREITOS SOCIAIS E O ENTREGUISMO**

Adão Villaverde



Editora Sulina

© Adão Villaverde, 2016

Capa: Like Conteúdo (sobre fotografia de Luiz Eduardo Achutti – Ocupação das Mulheres à Casa do Estudante da UFRGS de Porto Alegre/RS – 1980).

Charges de Edgar Vasques

Editoração e projeto gráfico: Vânia Möller

Revisão: Álvaro Larangeira

Revisão gráfica: Miriam Gress

Editor: Luis Antônio Paim Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP
Bibliotecária Responsável: Denise Mari de Andrade Souza – CRB 10/960

V727e Villaverde, Adão

É golpe, sim: terceiro turno sem urnas, o ataque aos direitos sociais e o entreguismo / Adão Villaverde. -- Porto Alegre: Sulina, 2016.

230 p.

ISBN: 978-85-205-0769-8

1. Política. 2. História do Brasil. 3. Literatura Brasileira – Crônicas.
I. Título

CDD: 981
B869.8
CDU: 32
981

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Meridional Ltda.
Av. Osvaldo Aranha, 440 cj. 101 – Bom Fim
Cep: 90035-190 Porto Alegre-RS

Tel: (0xx51) 3311-4082
www.editorasulina.com.br
e-mail: sulina@editorasulina.com.br

{Outubro/2016}

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à inspiradora sugestão de Margarete Moraes que estimulou a iniciativa desta publicação em seu esforço de refletir acerca da cronologia e da dimensão do violento golpe que ataca, com fúria, o estado democrático, os direitos dos trabalhadores, as conquistas e os avanços sociais.

Agradeço às companhias lisonjeiras e brilhantes de pensadores políticos renomados do quilate de Benedito Tadeu César e Céli Regina Jardim Pinto, e dos jovens cientistas políticos Ilton Freitas e Tarson Nuñez, que enriquecem sobremaneira as páginas deste livro.

Agradeço a Edgar Vasques e Luiz Eduardo Achutti que nos honram com a arte de suas expressões artísticas, denunciando, embelezando e engrandecendo esta coletânea.

Agradeço a colaboração importante dos jornalistas André Pereira e Diogo Baigorra pela parceria técnica e dedicação na organização do trabalho eletrônico e impresso.

E, sobretudo, agradeço à Eza, Pedro e familiares que partilham, de perto, os difíceis e às vezes maus momentos do cotidiano de quem dedica sua vida à política e ajudaram fundamentalmente a protagonizar as melhores conquistas de nossas vidas.

E também, como não poderia ser diferente, aos Amig@s que de uma maneira ou de outra ajudaram a viabilizar esta publicação.

O processo de recolonização latino-americana que acontece no Brasil já derrubou presidentes em Honduras e no Paraguai; é um golpe de Estado brando sem uso de armas. Basta ter os meios de comunicação, alguns juízes e dirigentes políticos da oposição para provocar a desestabilização de um governo (Adolfo Pérez Esquivel, abril/2016).

Os anais do Senado brasileiro jamais registrarão para a posteridade as palavras que o Prêmio Nobel da Paz 1980, Adolfo Pérez Esquivel, pronunciou em alto som em seu plenário no dia 28 de abril de 2016.

Com falsa indignação, os senadores que conspiraram para o afastamento da presidenta do Brasil, legitimamente eleita por 54 milhões de votos, exigiram que fossem extirpadas das atas as menções do argentino Esquivel ao golpe que engendrou o impeachment de Dilma Rousseff.

Por isto, em seu modesto alcance, esta publicação resgata, acima, a manifestação do ilustre visitante inaceitavelmente censurada por alguns representantes do povo que deveriam defender a democracia e a livre expressão acima de tudo e não rasgarem a Constituição.

SUMÁRIO

- 13 | ***Prefácio***
A denúncia do golpe e dos ataques aos direitos sociais e à soberania nacional, *Benedito Tadeu César*
- 21 | ***Introdução***
O desfecho do Golpe de 2016 no Brasil

CAPÍTULO 1: O golpe de 2016 contra a democracia, os ataques aos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e à justiça do trabalho, o combate à corrupção, o “Fora Temer” e as eleições já!

- 28 | Perigo que ronda a democracia em tempos de intolerância
- 31 | Em defesa da Democracia, do Estado Constitucional Democrático de Direito e das reformas estruturantes
- 46 | Por avanços nas leis trabalhistas e em defesa de empregos, direitos e conquistas
- 57 | O Senado é só bravata
- 60 | A vertente para o fascismo e suas verdades embrutecedoras
- 64 | A necessidade de atualizar a Legalidade
- 66 | A máscara e a essência da vertente fascista
- 67 | Em defesa da legalidade democrática e contra o golpismo
- 75 | Carta aos gaúchos democratas, trabalhistas, progressistas e constitucionalistas
- 82 | A defesa da Legalidade 55 anos depois
- 83 | Um pontilhão para o passado neoliberal, pela via golpista
- 88 | Democracia violentada reforça resistência
- 91 | A grandeza democrática do reitor contra o ataque à democracia

- 94 | Da renúncia da ordem democrática à via golpista
- 96 | Dia que vai para a História como data de vergonha nacional
- 99 | Do golpe sem disfarce e suas digitais à população pagando a conta
- 104 | As Eleições municipais, o Golpe e o Fora Temer
- 107 | É Golpe, sim! O “Fora Temer”, nenhum direito a menos e plebiscito e eleições já!
- 118 | O “Império do Caos” e as Razões do Golpe de Estado no Brasil
- 125 | 1964 e 2016: a história se repete como farsa e como tragédia?
- 136 | Registro da presidenta Dilma para a História

CAPÍTULO 2: Oposição à visão neoliberal e ao ataque às funções públicas de Estado no RS

- 156 | O inimigo neoliberal de sempre
- 157 | A lógica das políticas de austeridade e cortes de investimentos
- 160 | Legado que ninguém esquece
- 162 | Funções públicas mínimas enfraquecem o Estado necessário e fragilizam a Democracia
- 167 | Plano Estadual de Educação: Uma aliança entre austeridade, conservadorismo, preconceito e regressão
- 170 | Senhor governador: não apequene o Estado
- 175 | A modernização conservadora
- 176 | Um tribunal administrativo que carece de maior transparência pública
- 179 | A segurança do Estado e o estado da segurança
- 180 | A teia derrotista que imobiliza o Rio Grande
- 182 | Crise do Estado e o estado da crise
- 184 | Aumento de impostos é caminho equivocado
- 185 | Política do conflito e conflito das políticas
- 187 | Uma oposição crítica e propositiva
- 189 | RS necessita de projetos para aproveitar o crescimento do País

- 191 | Entre recomeços e crises
- 193 | O governo Yeda e A Montanha Mágica
- 194 | Crise do Estado e desoneração fiscal
- 198 | Pedágios: modelo equivocado
- 199 | Desmontando os números oficiais

CAPÍTULO 3: Crítica ao entreguismo e ao modelo tecnologicamente dependente

- 203 | Sem ciência, tecnologia e inovação, o Brasil não tem salvação
- 205 | Ciência & Tecnologia e o “novo” Continente de Atlântida
- 208 | A superação do modelo dependente e a política de ciência e tecnologia no Brasil
- 223 | Premiando a inteligência e o conhecimento: uma homenagem à soberania científica dos pesquisadores gaúchos

PREFÁCIO

A DENÚNCIA DO GOLPE E DOS ATAQUES AOS DIREITOS SOCIAIS E À SOBERANIA NACIONAL

*Benedito Tadeu César*¹

O impeachment da presidenta Dilma é golpe, sim.

Em primeiro lugar, porque o sistema de governo brasileiro é presidencialista e não parlamentarista.

No parlamentarismo, no qual o executivo resulta da composição de uma maioria parlamentar e o primeiro-ministro é indicado pelos deputados, só governa quem tem maioria no Parlamento. Os eleitores elegem os deputados e transferem a eles o direito de indicar o chefe do Poder Executivo, que é exercido como uma delegação concedida pelo Poder Legislativo. Perdida a maioria, cai o primeiro-ministro e novo governo deve ser constituído e empossado. Na impossibilidade de se compor maioria e, conseqüentemente, constituir novo governo, destitui-se também o Parlamento e eleições gerais são convocadas para que o povo, por meio do voto, constitua nova maioria parlamentar capaz de compor novo governo.

No presidencialismo, sistema existente no Brasil e confirmado por ampla maioria popular nos dois plebiscitos

¹ Cientista político, professor universitário, articulista dos jornais eletrônicos *JÁ Porto Alegre* e *Sul 21*.

realizados no país em 1963 e em 1993, o Poder Executivo é independente do Poder Legislativo e é constituído pelo voto popular direto, dado a um candidato a presidente da República. A maioria parlamentar é importante, mas não é requisito para o exercício do governo. Presidente e deputados federais têm mandatos fixos e só podem ser destituídos dos cargos para os quais foram eleitos, se cometerem crimes previstos na Constituição Federal.

O impeachment da presidenta Dilma é golpe, sim.

Em segundo lugar, porque a Constituição Federal brasileira prevê a possibilidade de impeachment e destituição do presidente da República por meio do voto dos parlamentares, deputados federais e senadores, somente depois de um processo no qual fique comprovado que o mandatário do governo federal cometeu crime de responsabilidade no exercício do seu mandato. Não basta, portanto, a perda da maioria parlamentar para se retirar a presidenta ou, ainda, a perda do apoio popular aferido por meio de pesquisas de opinião. Nas democracias, a vontade popular para constituir e para destituir governos só se manifesta de forma válida por meio do voto. Quando não fica comprovada a prática de crime de responsabilidade, mesmo que o instrumento do impeachment esteja previsto na Constituição e mesmo que o ritual processual tenha sido observado, a deposição do governante é golpe e desrespeito da vontade popular.

O impeachment da presidenta Dilma é golpe, sim e há grandes e poderosos interesses por trás dele.

Em primeiro lugar, os interesses das elites retrógradas brasileiras que não se conformaram com a possibilidade de a imensa maioria do povo deixar de lhe ser subordinada. A ascensão social de cerca de 40 milhões de brasileiros, sendo

que algo em torno de 18 milhões saíram da linha de miséria absoluta, ocorrida durante os governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, por meio das políticas de inserção social e de valorização do trabalho adotadas, alterou a correlação de forças sociais no Brasil. O pleno emprego, inédito no país, e os melhores salários tiraram pedintes e crianças das ruas bem como extinguiram as filas de desempregados dispostos a trabalhar por salários irrisórios. Escassearam as empregadas domésticas, sobrevivência colonial brasileira; aumentaram as vendas de veículos, de passagens aéreas, de acesso de negros e de pobres às universidades públicas e privadas, historicamente mantidos à distância das elites pátrias (ou seriam párias?).

Em segundo lugar, os interesses das grandes corporações empresariais internacionais e das grandes potências econômicas mundiais, que foram afrontados ao longo dos mandatos petistas. A descoberta, prospecção e exploração nacional e autônoma, realizada com tecnologia desenvolvida nacionalmente e operada por empresas igualmente nacionais, do petróleo da camada do pré-sal, colocou o Brasil entre as cinco maiores reservas petrolíferas do mundo. Aliam-se a isto, a política de integração Sul-Sul, que fortaleceu as relações do Brasil com os países do Cone Sul, da América Latina, da África e também do Oriente Médio, o fortalecimento dos Brics, com a criação de um banco internacional alternativo ao Banco Mundial, e, ainda, o esforço pela criação de uma moeda alternativa ao dólar para as trocas comerciais entre as nações, em uma ação conjunta capaz de alterar os rumos da geopolítica mundial.

Em terceiro lugar, os interesses do capital financeiro, que foram contrariados pela iniciativa de Dilma Rousseff que,

mirando-se nos exemplos de todas as economias subalternas mundiais que conseguiram romper as amarras impostas pelas grandes potências e pelo grande capital, cometeu a ousadia suprema de tentar regular e direcionar a economia, como meio de promover o desenvolvimento nacional autônomo e gerar empregos. No governo Dilma Rousseff, o juro básico da economia, a taxa Selic, foi reduzido até o patamar mínimo de 7,5% ao ano, o menor jamais alcançado na história brasileira, e, meses depois, forçado a elevá-lo, o governo interferiu na flutuação do câmbio e desvalorizou o real, para tornar competitivos os produtos brasileiros no mercado internacional. Dilma provocou, com isto, a ira dos empresários rentistas e dos especuladores nacionais e internacionais atuantes no mercado financeiro brasileiro.

Uniram-se, na defesa dos interesses ameaçados das grandes corporações empresariais locais e internacionais, três outras corporações brasileiras: a corporação da grande mídia, dominada por apenas cinco famílias e compartilhada por centenas de políticos, e parcelas expressivas das corporações do Judiciário e do Ministério Público, todas corporações integradas por representantes das elites tradicionais do país, que se viam sob sério risco de perderem o domínio secularmente exercido sobre as camadas populares. O discurso do combate à corrupção a qualquer preço deu o mote oportuno e suficiente para unificar posições, conquistar corações e mentes e garantir o apoio ao golpe, inclusive de amplos setores populares.

Repetiram-se os procedimentos e os rituais de 1954 (na indução ao suicídio de Getúlio Vargas) e de 1964 (na deposição de João Goulart e na deflagração do golpe e da ditadura civil-militar, que se arrastou por mais de 21 anos), com o combate à “corrupção” e ao “comunismo”, agora engrossado

e fortalecido pela ofensiva dos setores mais retrógrados e fundamentalistas das igrejas evangélicas e pentecostais, empenhados em impedir avanços nas liberdades individuais e civis, como a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual, comportamental, étnica e até mesmo religiosa. Tal como em 1954 e em 1964, os artífices do golpe contam com o apoio de parte dos integrantes do Supremo Tribunal Federal e das instâncias subalternas da justiça e têm na grande mídia corporativa o principal instrumento para a conquista e manipulação da opinião pública.

Uniram-se os setores mais truculentos e mais corruptos do empresariado e dos políticos brasileiros para tirar do governo uma presidenta que os próprios golpistas reconhecem não haver cometido crime algum. Condenam a presidenta Dilma Rousseff por aquilo que eles denominam de o “conjunto da obra”, deixando claro, portanto, que a condenam porque ela se contrapôs aos seus interesses elitistas e reacionários e se postou na defesa dos tradicionalmente desprezados, humilhados e explorados neste país. Por este motivo, os primeiros e principais atos do governo golpista têm sido os voltados para a entrega das riquezas nacionais, como a exploração do petróleo do pré-sal brasileiro, o desmonte da Petrobras e das empresas nacionais que se associaram na geração da tecnologia de sua exploração, bem como para o ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários e às políticas sociais voltadas para os segmentos mais vulneráveis.

Para atingir seus objetivos, além de destituir Dilma Rousseff, os golpistas empenham-se também em destruir a imagem pública e, desejo maior, prender Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-presidente da República melhor avaliado em pesquisas de opinião na história política brasileira e que deixou o governo

com mais de 80% de aprovação popular. Precisam também, para executar o serviço completo de reconquista do poder das elites, destruir o Partido dos Trabalhadores e submeter ao escárnio popular os seus integrantes, tachando-os, a todos, como corruptos e como incompetentes administrativamente.

Esta ladainha iniciada com a Ação Penal 470, o chamado “Mensalão”, e aprofundada com a “Operação Lava-Jato”, tem um juiz de primeira instância e um procurador-geral da República como protagonistas principais, agindo à margem da lei e acima dos preceitos constitucionais, sem que nem mesmo o STF, aquele que deveria ser o guardião constitucional e dos direitos, se contraponha às suas ações.

São estes os pontos, em linhas gerais, que Adão Villaverde, professor universitário, engenheiro e deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, aborda neste livro. Nos dois artigos que abrem esta coletânea de textos, o autor conta com a colaboração de dois jovens cientistas políticos gaúchos, dos quais tive a honra e o prazer de ser professor no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, Ilton Freitas e Tarson Nuñez. Eles auxiliam Villaverde a tornar este livro um documento relevante, um testemunho do instante tormentoso do nosso país.

Para Villa, como é chamado entre amigos e conhecidos de sua jornada desde os tempos da resistência à ditadura civil-militar, os pseudoliberais brasileiros rejeitaram, mais uma vez, a ordem democrática e escolheram a via golpista como a “nova” esfera da disputa política no Brasil. Reeleita pela escolha majoritária do povo, a primeira mulher vitoriosa nas eleições para a presidência da República teve imediatamente contestada a contagem dos 54 milhões de votos que a consagraram em outubro de 2014. Vindo da campanha e consolidado

desde o encerramento do pleito eleitoral, instalou-se um “terceiro turno” ilegal e sem urnas, promovido pelos inconformados com a quarta derrota consecutiva, impostas por Lula em 2002 e 2006 e por Dilma em 2010 e 2014.

Na percepção de Villa, engendrou-se uma estratégia dissimulada, certamente articulada ainda durante o transcorrer do primeiro mandato de Dilma Rousseff. O ciclo de mandatos petistas precisava ser encerrado a qualquer custo, sob pena de um novo governo Dilma aprofundar as políticas de desenvolvimento autônomo e de inserção social e de Lula voltar em 2018, com propostas ainda mais avançadas para os que mais necessitam, com mais justiça e com mais equalização social e com ainda maior ousadia de desenvolvimento econômico e de inserção brasileira no jogo internacional de poder. Dilma não poderia vencer um quarto pleito e, se o vencesse, não poderia governar.

Desde antes da campanha das eleições de 2014, Villaverde vinha denunciando, conforme se pode verificar nesta coletânea de artigos, essa trama com as ferramentas de que dispõe: nas trincheiras da tribuna parlamentar, nos discursos, nos artigos, nos meios de comunicação, nos movimentos sociais, nas redes sociais e nas ruas.

Liderança do campo de esquerda, que sempre valorizou a análise da situação política no país num contexto maior, exercendo um mandato combativo e de opinião na defesa dos interesses da maioria da população, Villaverde examina, de forma crítica, o modo subordinado como o Brasil se insere no mundo e debate alternativas possíveis à dominação econômica e política que governos estrangeiros e grandes corporações econômicas transnacionais exercem sobre nossa população e nossa soberania.

Os textos aqui reunidos estão estruturados em três eixos que se complementam. O primeiro capítulo aborda o golpe, o segundo trata do ataque neoliberal aos direitos sociais e seus desdobramentos no RS e o terceiro versa sobre o entreguismo e a dependência tecnológica, que se acentuam com o governo ilegítimo. Elaborados na efervescência dos acontecimentos, expressando a pressa do registro factual e da denúncia, os artigos e ensaios revelam o compromisso com a defesa intransigente da supremacia da vontade da maioria e do respeito à diversidade.